



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Des. Patriota Malta

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0007397-14.2013.8.17.0000(0309058-8)-JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE.**

<b>AGRAVANTE:</b>	<b>SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS</b>
<b>ADVOGADO</b>	Nelson Lutz Nouvel Alessio SP 061713
<b>AGRAVADO</b>	Ícaro Macedo E outros
<b>ADVOGADO</b>	Daniella Torres Silva PE 018393
<b>RELATOR.</b>	<b>DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA</b>

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO SECURITÁRIA RELATIVA A IMÓVEL. INDENIZAÇÃO. SUPOSTA VIOLAÇÃO DA LEI 12.409/11. **PRELIMINARES:** INÉPCIA DA INICIAL, CARÊNCIA DE AÇÃO PELA QUITAÇÃO E PRESCRIÇÃO - **REJEITADAS.** EXISTÊNCIA DE VICIO DE CONSTRUÇÃO NÃO AFASTA A COBERTURA SECURITÁRIA. COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DA MATÉRIA - JUSTIÇA ESTADUAL. INTELIGÊNCIAS DAS SÚMULAS 058 E 094 TJPE. **MÉRITO:** PROVIMENTO NEGADO. DECISÃO UNÂNIME. //

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos do AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0007397-14.2013.8.17.0000(0309058-8) em que figuram como parte Agravante **SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS** e como parte Agravada **ÍCARO MACEDO E OUTROS**. Os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: "*Por unanimidade, rejeitou-se as preliminares de inépcia da inicial, carência de ação e prescrição. Mérito: Em decisão unânime, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator*". tudo de acordo com o relatório, o voto, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 24 de setembro de 2013.

  
**Des. José Carlos Patriota Malta**  
Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta.

218.

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0007397-14.2013.8.17.0000(0309058-8)-JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE.**

<b>AGRAVANTE:</b>	<b>SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS</b>
<b>ADVOGADO</b>	<b>Nelson Luiz Nouvel Alessio SP 061713</b>
<b>AGRAVADO</b>	<b>Ícaro Macedo E outros</b>
<b>ADVOGADO</b>	<b>Daniella Torres Silva PE 018393</b>
<b>RELATOR.</b>	<b>DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA</b>

### **RELATÓRIO.**

Cuida-se de **Instrumental** interposto pela Sul América Companhia Nacional de Seguros, nos autos da Ação Ordinária de Indenização Securitária de nº 0010437-04.2010.8.17.00810, atacando decisão que **rejeitou as preliminares** de: a) Ilegitimidade passiva, interesse da União e da Caixa Econômica federal e a Competência da Justiça Federal; b) Ilegitimidade ativa dos autores e **Carência de Ação**; c) **Inépcia da inicial**; d) Falta de interesse de agir, e no mérito prazo de 48 hs para depositar honorários periciais.

Persegue a agravante a reforma da decisão hostilizada, trazendo argumentos que diz demonstrar o desacerto daquela decisão, **tanto** nas arguições das preliminares: – **Inépcia da Inicial, Carência da Ação e Prescrição, quanto** em razão da nova competência para julgamento das ações securitárias pela publicação da Lei 12.409/2001 - (Justiça Federal), já que há o comprometimento do FCVS e consequente legitimação da Caixa Econômica Federal.

O instrumento exsurgiu com as peças obrigatórias e foi apresentado no prazo legal.

À fl. 197 esta relatoria reservou-se a analisar o pedido liminar, para tão somente após a ouvida da parte adversa.

Em contrarrazões às fls. 202/215, os agravados rebatem todas as alegações ali expostas.

Preparos apresentados à fl. 51.

É o que de essencial havia a ser relatado.

À pauta.

Recife, 13 de setembro de 2013.

  
**Des. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**  
**RELATOR**



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta.

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0007397-14.2013.8.17.0000(0309058-8)-JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE.**

**AGRAVANTE:**

**SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**

**ADVOGADO**

**Nelson Luiz Nouvel Alessio SP 061713**

**AGRAVADO**

**Ícaro Macedo E outros**

**ADVOGADO**

**Daniella Torres Silva PE 018393**

**RELATOR.**

**DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**VOTO DO DES. RELATOR.**

Inicialmente, **DEFIRO** o pedido feito para que as publicações e as capas processuais saiam em nome dos Drs. Nelson Luiz Nouvel Alessio OAB-SP 61713 e da Drª Ilza Regina Defilippi Dias OAB-SP 27215 e 155.170 OAB-RJ.

Inicialmente devo enfrentar as preliminares levantadas pela agravante:

**PRIMEIRA PRELIMINAR: INÉPCIA DA INICIAL** – Alegando que a petição inicial além de não ser clara e precisa, ainda não informa as datas em que se constatarem os danos físicos verificados nos imóveis.

Tais argumentos não devem ensejar a inépcia da peça inaugural. A presente ação objetiva condenação da seguradora ao pagamento de indenização correspondente ao valor da recuperação dos imóveis sinistrados. A verificação dos sinistros e a responsabilidade da seguradora em pagar a reparação dizem respeito ao mérito da ação de piso, com a contestação já apresentada negando a cobertura securitária, ademais, os danos alegados pelos requerentes têm caráter permanente e evolutivo, tornando difícil a indicação precisa da data de ocorrência dos sinistros dos imóveis.

Assim, sem mais delongas, **rejeito** esta preliminar.

**É COMO VOTO.**

*- Decisão, 24/09/2013.*  
*[Assinatura]*



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta.

**SEGUNDA PRELIMINAR: CARÊNCIA DE AÇÃO PELA QUITAÇÃO** - Argumentando que uma vez encerrado o contrato de financiamento, com a quitação integral do preço, não mais persiste o ônus hipotecário que recaia sobre o imóvel e consequentemente a cobertura securitária reclamada.

Também não tem como este argumento prosperar, já que está pacificado tanto em nossos Tribunais quanto na Corte Superior que os danos ocorridos no período do financiamento - vício de construção, a quitação do contrato de financiamento após os sinistros não afasta o dever de indenizar.

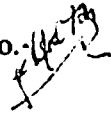
Eis julgados:

MÉRITO. DANOS NOS IMÓVEIS PREPONDERANTEMENTE CAUSADOS POR VÍCIOS NA CONSTRUÇÃO, DEVIDAMENTE COMPROVADOS POR MEIO DE PERÍCIA. RISCO DE DESMORONAMENTO. HIPÓTESE INDENIZATÓRIA CONFIGURADA. RESSARCIMENTO DEVIDO. INCIDÊNCIA DA MULTA, OUTROSSIM, QUE SE IMPÕE.

*Atestando a prova técnica que os danos existentes no imóvel decorrem de vício de construção, resta configurado o sinistro acobertado pela apólice do seguro habitacional, cabendo à seguradora suportar o custo dos reparos devidos e a multa mensal prescrita no contrato, limitada ao valor da obrigação principal (art. 412, do CC/2002).*

Os Embargos de Declaração interpostos pela ora Agravante foram rejeitados com imposição de multa de 1% sobre o valor da causa (e-STJ fls. 689/694).

A ação de piso ainda está pendente de decisão, com análise inclusive das cláusulas contratuais, podendo-se verificar se há cobertura pela apólice de possíveis vícios nas construções, apenas a análise do contrato e dos vícios apresentados poderiam indicar se existem ou não tais pleito.

Assim sem mais delongas, **rejeito** esta preliminar de carência de ação. 

É COMO VOTO - *Rejeito, 24/09/2013.*



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta.

**TERCEIRA PRELIMINAR: PRESCRIÇÃO:** alegando que a pretensão autoral foi alcançada pela prescrição segundo o art. 206 § 1º, II "b" do CC, devendo ser declarado prescrito o direito dos agravados de recorrerem à justiça a fim de obterem uma indenização securitária

A insurgência tem como suporte o sinistro ocorrido em face de vícios de construção nas residências dos agravados, adquiridas pelo Sistema Financeiro de Habitação, e, ADERINDO-SE compulsoriamente à Apólice Habitacional, passando a contar com a Cobertura Compreensiva Especial para riscos de danos físicos no imóvel.

Cumpra, pois, apreciar a natureza do direito posto em litígio para fins de verificação do lapso prescricional incidente e de sua efetiva ocorrência na situação específica dos autos.

Neste contexto, há de se registrar o fato de que os danos apresentados nos imóveis seriam ocultos e progressivos, motivos pelos quais somente poder-se-ia comunicar o sinistro à empresa seguradora quando de sua visualização (ameaça de desmoronamento de elemento estrutural).

Ocorre que, na hipótese em análise, sobretudo dada a natureza da atividade desenvolvida pela recorrente, tendo em vista a formulação de pretensão administrativa endereçada diretamente ao ente segurador, desloca-se o termo inicial da contagem do prazo para efeitos de prescrição.

É que, com a instauração da fase administrativa da pretensão securitária em questão, com a apresentação de requerimento específico neste sentido, opera-se a suspensão do curso da prescrição até a ciência inequívoca do segurado acerca do indeferimento de seu pleito.

Sobre o tema, já se pronunciou o Superior Tribunal de Justiça, nos termos do aresto abaixo colacionado:

"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDENIZAÇÃO. SEGURO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO. AUSÊNCIA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS CAPAZES DE ILIDIR A DECISÃO AGRAVADA. - REJEITAM-SE CORRETAMENTE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO SE AUSENTES OS REQUISITOS DA OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE - Prescreve em um ano o direito de ação de indenização contra segurado, conforme Súmula 101/STJ. - O termo inicial do referido prazo prescricional é momento em que ocorre o sinistro. Se, porém, formulado requerimento administrativo, haverá suspensão da fluência até a ciência inequívoca da recusa do pagamento pela seguradora, quando voltará o prazo a fluir normalmente. Agravo em agravo de instrumento não provido." (AgRg no Ag n.º 883898/SE da 3ª Turma do STJ. Rel. Min.ª Nancy Andrighi. j. 14.11.2007. DJ. 26/11/2007, p. 171).

Impunha-se ao ente segurador, portanto, demonstrar, de forma inequívoca, a data na qual os segurados tomaram ciência da recusa administrativa de sua pretensão securitária, como condição indispensável ao retorno da fluência do prazo prescricional.

Não sendo possível aferir acerca da data efetiva em que se deu a ciência dos segurados sobre a recusa do ente segurador, jamais poderá tal circunstância vir a ser presumida no presente feito.

Registre-se que, a teor do que dispõe o artigo 333, II, do Código de Processo Civil, cumpre ao réu fazer a prova dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito vindicado pelo autor.

Portanto, seria ônus da agravante a demonstração da real data em que os segurados tomaram ciência da recusa administrativa a suas respectivas pretensões securitárias, como condição indispensável ao início da fluência do prazo prescricional.

Temos, ainda, que a negativa da cobertura somente ocorreu com a apresentação da contestação, não se operando, por óbvio, a prescrição sobre o direito aventado na petição inicial.

Ademais, sobre o tema em questão o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 229, através da qual assevera que, in verbis:

**"O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão".**

Destarte, *impõe-se a rejeição* da presente preliminar, não havendo que se falar em prescrição na situação dos autos.

**É COMO VOTO.**

- *Rejeição, 24/09/2013.*



**Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta.**

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0007397-14.2013.8.17.0000(0309058-8)-JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE.**

**AGRAVANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**

**ADVOGADO Nelson Luiz Nouvel Alessio SP 061713**

**AGRAVADO Ícaro Macedo E outros**

**ADVOGADO Daniella Torres Silva PE 018393**

**RELATOR. DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**MÉRITO.**

A questão trazida ao crivo desta Câmara, é de fácil deslinde, pois se reporta a violação da Lei 12409/2011, bem como sobre a decisão do STJ no RESP 1.091.393 e nos EDCL no RESP 1.091.393 que consolidou a responsabilidade quanto a *competência* para conhecimento e processamento de ações que versam sobre o SH/SFH, com cobertura do FCVS – Fundo de Compensação de Variação Salarial, *como sendo da Justiça Federal*.

É verdade que a Lei 12409/2011, de 26.05.2011, resultado da Conversão da Medida Provisória 513/2010, atribuiu à Caixa Econômica Federal à administração do FCVS, assumindo direitos e obrigação do Seguro Habitacional.

No entanto, vigora no nosso ordenamento jurídico o Princípio da Irretroatividade das Leis conforme o art. 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. A aplicação dessa lei deve possuir efeitos prospectivos, e não retroagir para alcançar contratos pretéritos, celebrados sob os auspícios de legislação que estabelecia outras competências.

Aliás, a Corte Superior afastou a substituição processual requerida pela Caixa Econômica nos assuntos afetos à responsabilidade obrigacional decorrente de danos físicos nos imóveis construídos pelo Sistema Financeiro de Habitação.

Importa frisar que a ação versa sobre seguro habitacional, contrato de natureza privada, celebrado entre mutuário e seguradora, não se justificando a inclusão no pólo passivo da Caixa Econômica Federal.

A Jurisprudência do STJ já havia sido pacificada quanto a essa discussão, entendendo que se o contrato de seguro não afetar o FCVS, inexistente será o interesse da Caixa Econômica Federal. Isso foi tão solidificado que se editou a lei supra para que o FCVS fosse o responsável pelos seguros. No entanto, repise-se, só aos contratados celebrados após a sua publicação, não podendo retroagir aos casos antigos.

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E ESTADUAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA MOVIDA CONTRA CAIXA SEGURADORA S.A. FATO NOVO. MODIFICAÇÃO LEGISLATIVA. LEI N. 12.409/2011. PRINCÍPIO DA PERPETUAÇÃO DA JURISDIÇÃO. ART. 87 DO CPC.**

1. Jurisprudência firme do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, nos feitos em que se discute contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, não afetando o fundo de compensação das variações salariais (FCVS), inexistente interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo.

2. Controvérsia, no caso, restrita à seguradora e ao mutuário.

3. Impossibilidade de se aferir a juridicidade das decisões das instâncias ordinárias no que concerne ao juízo competente, sob o enfoque de legislação então inexistente (Lei n. 12.409/2011).

4. A definição da competência segue o princípio da 'perpetuatio iurisdictionis'.

5. Proposta a demanda, modificação legislativa posterior, que não suprime órgão judicante, ou não altera a competência em razão da matéria, ou da hierarquia, é indiferente para alterar o juízo processante (art. 87 do CPC).

6. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO

*Rejeita, 24/09/2013.*  
*José Carlos Patriota Malta*



**Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta.**

(AgRg no REsp 1170942/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/09/2011, DJe 21/09/2011)

Corroborando com este entendimento, esta Corte Estadual editou súmula definindo que a existência de vício de construção não afasta a cobertura securitária.

**SÚMULA 058 - TJPE - "A existência de vício de construção não afasta a cobertura securitária decorrente de contrato de seguro habitacional.**

E ainda, publicou súmula sobre a matéria da competência para julgar ações tema deste agravo.

**SUMULA 094 - TJPT - "A justiça estadual é competente para julgar ações de seguro habitacional"**

À luz das considerações acima e sem mais delongas **NEGO PROVIMENTO** a este Recurso, para manter na íntegra a decisão requestada.

**É como voto.**

Recife, 24 de setembro de 2013.

**Des. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA  
RELATOR.**